

Folha de S. Paulo

17/11/1986

Marilena Chauí

Leme, urgente

Há 72 horas, rádios, televisões e jornais garantem que estamos vivendo uma "grande festa democrática" e as autoridades civis, policiais e militares não se cansam de repetir que "tudo transporte na mais perfeita normalidade". Por que essa obrigação de enunciar fatos que sendo fatos, não careceriam de enunciação? É verdade que a distribuição ao tempo para a propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação, a censura aos não candidatos, o uso jamais igualado das máquinas administrativas estaduais e federais, o uso ilimitado do poderio econômico na campanha eleitoral, e, agora, a precariedade sem precedentes da Justiça Eleitoral e de seus tribunais para as apurações, fazem supor a necessidade de um discurso celebrativo para tentar a dissimulação de quadro político tão desolador. Nesse discurso, porém, há um grande silêncio. Um fato, este sim real e alarmante, não é mencionado (como, aliás, a celebração do nascimento do partido único no Brasil deixa de mencionar o número assustador de votos brancos e nulos, nestas eleições), o caso de Leme.

Todos se lembram da presteza, logo após o massacre de Leme, com que autoridades da República lançaram sobre o PT acusações levianas, irresponsáveis, torpes, indecentes, indignas, crapulosas, celeradas, fraudulentas. Do presidente da República ao seu ministro da Justiça, do governador do Estado ao seu secretário da Segurança, do SNI ao delegado da Polícia Federal, o conjunto das instituições e autoridades republicanas afirmou, sem provas e, depois, contra as provas (como o boletim de ocorrência nº 1.203, hoje "redescoberto", ao qual fora anteriormente dado sumiço, dentro da "normalidade democrática") que o Partido dos Trabalhadores lançava-se na "luta armada" e no "conflito violento" para macular as eleições deste 15 de novembro. Uma única voz levantou-se em defesa do direito de voz e informação para o PT: o jornalista Ferreira Netto. Depois dele, as revistas "Afinal" e "Senhor". E, agora, a revista "Veja".

Testemunhas, bóias-frias e habitantes de Leme, parlamentares e candidatos do PT afirmaram alto e bom som que tiros, mortes, pancadaria e prisões violentas haviam sido perpetrados pela polícia. Esse testemunho não foi ouvido. Interessava apenas ferir os mais elementares princípios do Direito e da Justiça, aviltá-los às vésperas de eleições para uma Constituinte, desde que isto pudesse barrar o caminho político do PT. A curto prazo, a farsa foi bem-sucedida. Mas a política não se faz a curto prazo, apenas. Nem a Justiça, nem o Direito, nem a lei. Pretendendo enlamear a prática política do PT, as autoridades apenas enlamearam a si próprias e deixaram exposto o arremedo de república e de democracia existente no país.

Trágico, o episódio de Leme torna-se, agora, grotesco. Procurando fatos para esclarecer o que foi apenas uma história totalmente inventada pelos governantes "democráticos" do PMDB, o delegado Lopes, após quatro meses de investigação perfeitamente idônea, mas absolutamente, desnecessária, impõe um desmentido às autoridades constituídas. Estas, porém; cuja indignidade não deixa margem de dúvida, conseguiram aumentá-la pois negam-se, hoje, ao mínimo exigido pela lei e pela Justiça, isto é, o desmentido público. Silenciosas, comemoram a "grande festa democrática" na "mais perfeita normalidade". Parafraseando o editorial do primeiro número de corajosa revista de oposição que, nos anos 70, dissera: "contra fatos há argumentos", diremos que os opositores de ontem, detentores do poder hoje; conseguiram de uma só vez pisotear fatos e destruir argumentos.

(Primeiro Caderno — Página 2)